

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA, COMÉRCIO E PERTENCIMENTO SOCIAL: A INTEGRAÇÃO DOS IRMÃOS GOMES À ELITE MERCANTIL DE PARANAGUÁ (PARANÁ, DÉCADAS DE 1850-1910)

PORTUGUESE IMMIGRATION, COMMERCE AND SOCIAL BELONGING: THE INTEGRATION OF THE GOMES BROTHERS INTO THE MERCHANT ELITE OF PARANAGUÁ (PARANÁ, 1850s-1910s)

<https://doi.org/10.22228/rtf.v19i1.1500>

André Luiz Moscaleski Cavazzani



Centro Universitário Internacional (UNINTER)



Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1512-3639>



E-mail: andre.ca@uninter.com

Sandro Aramis Richter Gomes



Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED)



Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6790-4958>



E-mail: argomes8@gmail.com

Resumo: Neste artigo são analisadas as trajetórias dos irmãos portugueses Caetano Gomes Henriques (1818-1893) e Antônio Henriques Gomes (1840-1912) na cidade paranaense de Paranaguá, entre as décadas de 1850 e 1910. Demonstra-se que a atuação no comércio varejista foi a etapa inicial de um processo por meio do qual eles se integraram a uma elite dedicada à importação e exportação de mercadorias pelo porto local. Ao longo de suas trajetórias, ambos se tornaram prestamistas e proprietários de imóveis.

Palavras-chaves: Estado do Paraná. Imigração portuguesa. Negociantes.

Abstract: This article analyzes the trajectories of the Portuguese brothers Caetano Gomes Henriques (1818-1893) and Antônio Henriques Gomes (1840-1912) in the city of Paranaguá, Paraná, between the 1850s and 1910s. It is demonstrated that their involvement in retail trade was the initial stage of a process through which they integrated into an elite dedicated to the import and export of goods through the local port. Throughout this careers, both also became lenders and property owners.

Keywords: Merchants. Portuguese immigration. State of Paraná.

Introdução

O presente artigo analisa o envolvimento dos irmãos portugueses Caetano Gomes Henriques (1818-1893) e Antônio Henriques Gomes (1840-1912) na vida social e econômica da cidade paranaense de Paranaguá, entre as décadas de 1850 e 1910. A década de 1850 é

alusiva aos registros mais remotos da presença desses familiares em tal cidade. A década de 1910, por sua vez, é relativa ao fim da presença de integrantes dessa parentela no grupo de negociantes atuantes no município. Assim, por meio do estudo de trajetórias, a finalidade deste trabalho consiste em produzir um conhecimento sobre as características da mobilidade social e da atuação econômica de portugueses que se estabeleceram em áreas do Sul do Brasil na segunda metade do século XIX.

Há três argumentos fundamentados neste estudo. Em primeiro lugar, é demonstrado que a atuação no comércio varejista foi a primeira etapa da integração dos irmãos Gomes na vida econômica de Paranaguá. Durante o exercício dessa ocupação, eles acumularam capital suficiente para conceder empréstimos e adquirir imóveis. Portanto, ambos os irmãos desenvolveram atividades análogas, de forma que se acomodaram no interior de uma elite cujos membros atuavam como prestamistas e locadores de imóveis. Nesse quadro, busca-se evidenciar que, nas últimas décadas do século XIX, em Paranaguá, as práticas econômicas de portugueses pertencentes à elite local eram muito semelhantes às desenvolvidas por seus compatriotas ali estabelecidos em fins do período colonial.

Segundo, convém destacar que os citados irmãos se radicaram em uma sociedade na qual os esquemas matrimoniais da elite mercantil eram fortemente endógenos. Nesse cenário, o celibato definitivo e o casamento tardio não eram incomuns nas trajetórias de portugueses que não foram absorvidos às famílias dos negociantes abastados de Paranaguá. Por conseguinte, trata-se de assinalar que as esferas da vida social nas quais imigrantes como Caetano e Antônio Henriques Gomes se aproximaram de tal elite foram as do comércio, da religião e da política.

Em terceiro lugar, argumenta-se que atingir a condição de rentista urbano foi um objetivo crucial de ambos os irmãos. Nesse particular, convém observar que, para Antônio Gomes, esse objetivo era mais decisivo do que expandir suas atividades empresariais e oferecer treinamento nas lides mercantis aos seus filhos. Portanto, ele não teve sucessores nessas lides. No princípio do século XX, a sua família não possuía um integrante acomodado no rol dos negociantes da localidade.

Os estudos sobre o ingresso de portugueses no Brasil dos séculos XVIII e XIX têm contribuído para reconhecer os fatores sociais e econômicos que impeliram tais imigrantes a deixarem o país natal. Essa corrente de análise subsidia a identificação de padrões concernentes às origens familiares dos adventícios.¹ Trata-se, pois, de uma linha de

¹ ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Ed. Autor, 1993; GRANGEIA, Mario Luís. *Irmãos de além-mar? Portugueses e a imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2024; ROWLAND, Robert. A cultura brasileira e os portugueses. In: ALMEIDA, Miguel Vale; BASTOS, Cristiana; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.).

investigação que propicia o entendimento das particularidades dos fluxos migratórios de portugueses. Ela também favorece o entendimento das formas de acomodação dos imigrantes em determinadas regiões brasileiras.²

Um elemento peculiar a esses estudos é a análise dos processos de enraizamento social de imigrantes. Os resultados apresentados nessas abordagens permitem a identificação das oportunidades mais recorrentes que os adventícios obtinham tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto nos municípios das províncias brasileiras. Em última instância, há uma vertente de análise que confere maior ênfase à abordagem de trajetórias individuais de portugueses. Essa vertente tem subsidiado o reconhecimento dos aspectos mais convencionais da integração dos imigrantes em cidades das regiões como o Sul e o Sudeste. Tais abordagens embasam a compreensão relativa à inserção de portugueses na vida econômica de uma sociedade receptora, à constituição de suas alianças familiares, à sua acomodação em uma hierarquia social e aos fatores que permitiram sua mobilidade pelos estratos dessa hierarquia.³

Nesse particular, convém destacar que tal perspectiva de estudo tem subsidiado um entendimento sobre as diferenças, entre os imigrantes, quanto à natureza das oportunidades econômicas que conquistam no Brasil. Em suma, essa investigação contribui para o reconhecimento das distinções sociais e dos padrões de inserção de imigrantes no Brasil entre os períodos colonial e imperial.⁴

De outra parte, cumpre observar que há dois temas alusivos à imigração portuguesa no Brasil que requerem maior desenvolvimento. Primeiro, trata-se de avançar na comparação entre as gerações de imigrantes no que concerne às semelhanças e diferenças dos seus processos de absorção social. Cumpre evidenciar, na esfera regional, os fatores que levaram a mudanças ou permanências na natureza das práticas econômicas e dos vínculos sociais construídos por adventícios estabelecidos em um determinado município.

Essa linha de investigação permite reconhecer o caráter rotineiro ou mutável das trajetórias de portugueses que se estabeleceram em áreas nas quais havia expressiva

Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Ed. Unicamp, 2007. p. 373-383; ROWLAND, Robert. Portugueses no Brasil Independente: processos e representações. *Revista Oceanos*, Lisboa, n. 44, p. 68-84, out./dez. 2000.

² BOSCHILIA, Roseli. À procura de um novo destino: imigrantes portugueses no Paraná da segunda metade do século XIX. *Questões e Debates*, Curitiba, v. 56, n. 1, p. 87-112, jan./jun. 2012; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

³ CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha: a população portuguesa na Baía de Paranaguá, c. 1750-1830*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013; COSTA, Samuel Guimarães da. *O último Capitão-Mor (1782-1857)*. Curitiba: Ed. UFPR, 1988; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; MAIA, Laura Lahmeyer Leite. *Cartas de Antônio Dias Leite (1870-1952): um olhar sobre uma época de transformação*. Rio de Janeiro: Lidador, 2005.

⁴ A esse respeito, ver os estudos reunidos em ANDREAZZA, Maria Luiza; BOSCHILIA, Roseli (org.). *Portuguesas na diáspora: história e sensibilidades*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013.

presença de compatriotas no comércio, nas instituições políticas e nos esquemas matrimoniais das elites locais. A abordagem aqui empreendida atém-se a casos que indicam o caráter vagaroso e limitado da integração de portugueses em uma sociedade na qual os descendentes de seus compatriotas tinham uma presença sólida no universo das elites política e mercantil.

O segundo elemento que demanda maior atenção consiste no estudo dos momentos derradeiros da atuação econômica de portugueses que atingiram a condição de membros de uma elite de negociantes. Por consequência, cabe destacar as diferenças entre eles quanto à maior ou menor inclinação para a expansão de seus negócios e o maior ou menor pendor para conferir aos seus descendentes uma iniciação na vida mercantil. Esse estudo possibilita a compreensão das causas da conservação ou do desaparecimento de famílias de origem portuguesa do núcleo de negociantes de uma localidade. Cumpre, pois, identificar as razões da maior ou menor longevidade da presença de portugueses – e de seus descendentes – no interior de uma elite social. Conforme demonstrado no curso deste trabalho, as formas de atuação na vida econômica e de constituição de alianças matrimoniais eram decisivas para assegurar ou impedir a longa presença dessas famílias no grupo de parentelas que formavam uma elite local.

Este estudo é desenvolvido por meio de métodos inspirados na micro-história. Por meio de trajetórias individuais, busca-se compreender as formas de inserção social de portugueses no Sul do Brasil oitocentista. Nesse quadro, este trabalho busca avançar no entendimento relativo à composição e ao funcionamento de redes mercantis em tal região. Em um sentido amplo, a realização desta análise possibilita o conhecimento dos elementos típicos das alianças familiares e econômicas de adventícios cujas trajetórias se estenderam pelos primeiros anos do século XX. Dessa forma, o presente estudo enquadra-se em uma vertente de análise dedicada à investigação dos percursos de comerciantes no Brasil no mencionado período.⁵

Por fim, cabe salientar que as informações utilizadas neste trabalho são provenientes de jornais de circulação regional. É também realizada a análise de fontes cartoriais e judiciais.⁶ Tais fontes permitem reconhecer a atuação dos irmãos Gomes em distintas esferas da vida social em um período que compreende o Segundo Reinado e a Primeira República. Ao mesmo tempo, compete investigar o processo por meio do qual eles se

⁵ Para o conhecimento das bases metodológicas e dos resultados dos estudos que, por meio da micro-história, produziram conhecimento acerca da vida econômica de distintas áreas do Brasil do século XIX, ver KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; VENDRAME, Máira Inês (Org.). *Ensaio de Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2016.

⁶ Os periódicos consultados neste artigo estão disponíveis no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <memoria.bn.gov.br>

iniciaram na vida comercial e diversificaram seus negócios. Nesse âmbito, convém destacar as características das etapas de integração desses familiares à elite econômica do município.

A cidade de Paranaguá na década de 1850: endogamia, poder econômico e predomínio político de parentelas de origem portuguesa

Datam dos anos 1850 as mais longínquas informações sobre a presença dos irmãos Gomes em Paranaguá. Nessa época, tal município pertencia à jurisdição da Província de São Paulo. Em 1853, quando foi criada a Província do Paraná, vigorava nessa cidade litorânea uma situação na qual famílias originadas por imigrantes portugueses exerciam o domínio sobre as instituições e os partidos políticos, bem como pertenciam à elite econômica da localidade. Para o entendimento dos aspectos econômicos e sociais do município no qual os referidos irmãos se inseriram, cumpre sustentar três constatações.

Primeiro, cabe salientar que boa parte dos membros da elite econômica de Paranaguá naquele decênio pertencia a parentelas cuja origem remonta à emigração de três portugueses: Manuel Gonçalves Guimarães (1740-1816), Manuel Francisco Correia (1776-1864) e Manuel Antônio Pereira (1782-1857). Provenientes de áreas do noroeste e do norte de Portugal, eles se estabeleceram em municípios da antiga Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII.⁷ Dentre tais indivíduos, Manuel Correia e Manuel Pereira foram aqueles que se enraizaram na vida social de Paranaguá por meio da atuação como negociantes.⁸ Na década de 1850, eles estavam consolidados na posição de expoentes do grupo mercantil dessa cidade.⁹ O envolvimento em atividades comerciais lhes permitiu formar um patrimônio composto por imóveis urbanos, propriedades rurais, escravos e embarcações. Em verdade, estes eram os componentes típicos do cabedal dos principais negociantes de Paranaguá em tal contexto.¹⁰

O envolvimento no tráfico de escravos, a obtenção de monopólios comerciais e a atuação como prestamistas eram elementos característicos da atividade econômica dos comerciantes mais prósperos da cidade. Em última análise, os irmãos Gomes ingressaram

⁷ Manuel Gonçalves Guimarães e Manuel Antônio Pereira provinham de freguesias do Arcebispado de Braga, no Norte de Portugal. Manuel Francisco Correia, por sua vez, nasceu em uma freguesia pertencente ao Arcebispado do Porto, situado no Noroeste português. Acerca da origem social e da descendência de tais imigrantes, ver NEGRÃO, Francisco. *Genealogia paranaense*. 9 vols. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2004.

⁸ Manuel Gonçalves Guimarães se estabeleceu no município de Curitiba, situado no primeiro planalto do atual estado do Paraná. Ele se consolidou como um grande proprietário de terras, escravos e gado. Nota-se, assim, que a acumulação por meio do comércio ou da pecuária foi um elemento característico das trajetórias de portugueses que se integraram a elites locais do Brasil. HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 143-191, jan./jun. 2005.

⁹ Acerca do ingresso e da atuação econômica de Manuel Francisco Correia e Manuel Antônio Pereira em Paranaguá, ver COSTA, Samuel Guimarães da. *O último Capitão-Mor...* Op. cit.

¹⁰ Para o conhecimento do rol dos mais abastados negociantes de Paranaguá em 1850, ver SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória Histórica de Paranaguá*. Vol. 2. Curitiba: Vicentina, 2001.

em uma sociedade em que o comércio era a ocupação por meio da qual imigrantes de distintas gerações ingressaram no núcleo urbano da localidade. Essa ocupação também lhes permitiu acumular recursos por meio dos quais conseguiram formar um patrimônio imobiliário e constituir grandes escravarias.¹¹

Trata-se de fundamentar, a seguir, a segunda constatação desta seção. Gerações de imigrantes como a de Manuel Correia e Manuel Pereira consolidaram o seu pertencimento à elite local por meio do exercício de postos como o de vereador. Do período colonial ao pós-Independência, os integrantes dessas gerações preservaram o direito de exercer cargos eletivos e de nomeação.¹²

A atuação administrativa dessa geração de imigrantes foi sucedida pela entrada de seus descendentes na cena política do litoral do atual Paraná. No período em que os irmãos Gomes se fixaram nessa região, os integrantes das famílias Correia, Guimarães e Pereira exerciam o controle local dos partidos monárquicos. Eles também estavam integrados às instituições políticas da província. Dessa maneira, o exercício de funções administrativas permitiu que parentelas de origem portuguesa conjugassem poder econômico e poder político. Em Paranaguá, essa conjugação foi iniciada com a participação dos membros das referidas parentelas em eleições e em instituições municipais a partir das primeiras décadas do século XIX.¹³

Após a outorga da Constituição imperial de 1824, foram impostas restrições à atividade política dos imigrantes naturalizados. Eles estavam impedidos, por exemplo, de exercer mandatos em instituições nacionais como a Câmara dos Deputados. Contudo, não lhes era vedado desempenhar cargos como o de vereador e de juiz de paz.¹⁴ Ou seja, não existiam impedimentos legais para que os imigrantes se acomodassem em postos capitais da administração municipal. De todo modo, no curso de tal século a vida política de Paranaguá tornou-se marcada pelo domínio de um pequeno conjunto de parentelas, dentre

¹¹ Referente ao tráfico ilegal de escravos na Baía de Paranaguá, ver LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá (1850-1888)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

¹² Manuel Francisco Correia foi vereador de Paranaguá no final dos anos 1820. Manuel Antônio Pereira foi prefeito desse município de 1835 a 1849. Para a identificação dos ocupantes de cargos públicos em Paranaguá na primeira metade do século XIX, ver SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória História de Paranaguá...* op. cit.

¹³ Em Paranaguá, desde a época anterior à criação da Província do Paraná, os Correia e os Guimarães estavam vinculados ao Partido Conservador. Os Pereira estavam, em sua maioria, filiados ao Partido Liberal. Ver OLIVEIRA, Ricardo Costa. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

¹⁴ Concernente às mudanças ocorridas na legislação eleitoral brasileira durante o regime monárquico, ver SOUZA, Belisário Soares de. *O sistema eleitoral do Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

as quais estava a família Guimarães.¹⁵ Por conseguinte, houve redução considerável da presença de jovens imigrantes na administração local.

Nesse cenário, foi tardia a conquista, pelos imigrantes contemporâneos a Caetano e Antônio Henriques Gomes, da prerrogativa de serem admitidos à elite dirigente de Paranaguá. Consoante evidenciado no curso deste artigo, em um contexto de limitada participação política dos adventícios, o envolvimento no comércio e em eventos religiosos possibilitou que portugueses como os irmãos Gomes se socializassem com membros da elite local.

Por fim, a terceira constatação desta seção reconhece que, em meados dos anos 1850, os casamentos entre os membros da elite social de Paranaguá eram marcados pela endogamia. Em parentelas como a dos Correia e dos Guimarães, não era incomum que houvesse matrimônios entre primos e também entre tio e sobrinha. Havia, ainda, casamentos entre os membros das parentelas que estavam em posições mais elevadas da hierarquia social.¹⁶ As famílias Correia, Guimarães e Pereira se interligaram por meio de alianças matrimoniais. Nesse cenário, não era viável a imigrantes como os irmãos Gomes ingressarem nessa elite por meio do casamento. Assim, para os comerciantes que foram incorporados lentamente ao núcleo de negociantes abastados de Paranaguá, o celibato definitivo e o casamento tardio com uma integrante de família não pertencente à elite local foram aspectos típicos de suas trajetórias.¹⁷

Cumprido demonstrar que Caetano e Antônio Henriques Gomes se radicaram em Paranaguá em uma época na qual a atuação no comércio se apresentava como a forma mais convencional de enraizamento de um imigrante nessa cidade. Era uma sociedade em cuja hierarquia imigrantes como os citados irmãos ascendiam de forma vagarosa por meio de práticas econômicas análogas às dos seus compatriotas ali estabelecidos desde o período colonial.

A imigração como iniciativa familiar: a convencionalidade do enraizamento dos irmãos Gomes em Paranaguá

¹⁵ Para o estudo da composição social das instituições políticas de Paranaguá na segunda metade do século XIX, ver A família de Manoel Antonio Guimarães na composição do poder local em Paranaguá no século XIX. *Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 3, n. 1, maio 2017, p. 209-237.

¹⁶ Para a análise dos vínculos matrimoniais constituídos por essas famílias no curso do século XIX, ver NEGRÃO, Francisco. *Genealogia paranaense...* Op. cit.

¹⁷ Nas primeiras décadas do século XIX, em áreas do planalto do atual Paraná, não era incomum que negociantes se casassem tardiamente. Havia negociantes, portanto, que demoravam a obter a oportunidade de noivar com uma integrante de parentela pertencente a uma elite local. LIMA, Carlos A. M. Uma “informação” sobre os negócios da erva-mate e o seu autor (1837). *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 35-72, 2011.

Nesta seção, cumpre demonstrar que a inserção de Caetano e Antônio Henriques Gomes em tal município foi muito semelhante à dos seus compatriotas que ali se estabeleceram na segunda metade do século XVIII. No litoral do atual Paraná, em meados do século XIX, não houve uma mudança quanto ao perfil dominante dos novos imigrantes portugueses. Nesse âmbito, convém sustentar três constatações.

Ambos os irmãos eram originários do município de Oliveira de Azeméis, situado no Noroeste de Portugal. Em sua maioria, os portugueses que se fixaram em Paranaguá entre o final do século XVIII e o início do século XIX eram originários dessa região. Nesse contexto, o perfil típico do português recém-chegado a Paranaguá era o do adolescente que se iniciava na vida mercantil na condição de caixeiro de um compatriota. Habitualmente, o jovem imigrante era treinado nos mistérios do comércio por um português que mantinha ligações com compatriotas que permaneceram no país natal, bem como com conterrâneos estabelecidos em outras cidades do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro.¹⁸

Houve casos em que a migração para Paranaguá era precedida por uma tentativa frustrada de se fixar em praças mercantis de maior porte, notadamente o Rio de Janeiro. Quando o intento de se enraizar na então capital brasileira era malsucedido, havia a alternativa de se inserir em praças menores, tais como Paranaguá.¹⁹ A trajetória de Caetano Gomes foi marcada por esse insucesso. Há evidências de que, aos 15 anos de idade, ele deixou Oliveira de Azeméis com destino ao Rio de Janeiro. Essa migração teria ocorrido por volta do ano de 1833.²⁰

Essas informações indicam que, no Brasil da época posterior à Independência, ainda existiam redes sociais que envolviam residentes em Portugal e no Brasil. Essas redes asseguravam ao jovem imigrante uma acolhida na sociedade receptora. A iniciativa de emigrar era antecedida por um planejamento. Havia também redes de portugueses que funcionavam exclusivamente no Brasil. Elas eram úteis para viabilizar um novo destino ao adventício que não teve a oportunidade de se radicar na principal praça mercantil do Império. Em um sentido amplo, o caso de Caetano Gomes denota que, nos anos 1830, a

¹⁸ Acerca dos perfis sociais e etários dos imigrantes portugueses que entraram no Brasil nesse contexto, ver ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros...* Op. cit.

¹⁹ No final do século XVIII, o citado Manuel Francisco Correia tentara se estabelecer no Rio de Janeiro antes de fixar residência em Paranaguá. Nessa época, outro imigrante originário do Noroeste de Portugal, Antônio Vieira dos Santos (1784-1854), também se radicou em Paranaguá após o malogro do seu objetivo de residir na então capital do Brasil. Ver CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha...* Op. cit.

²⁰ As informações relativas à idade e ao destino de Caetano Gomes quando emigrou de Portugal foram obtidas por meio da consulta à base de dados de passaportes de emigrantes produzida pelo Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). Essa base de dados está disponível no seguinte site: <www.remessas.cepepe.pt>. De outra parte, a estimativa do ano da emigração de Caetano Gomes foi realizada por meio da consulta à sua certidão de óbito, a qual informa que ele faleceu no dia 2 de junho de 1893, em Paranaguá, aos 75 anos de idade. Esse documento está disponível para consulta no site Family Search: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6F4Z-HZYM?lang=pt>>

então vila de Paranaguá, localizada no extremo sul do litoral paulista, permanecia como uma opção secundária para a fixação de jovens solteiros originários do Noroeste de Portugal.

Ao tempo em que Caetano Gomes se estabeleceu em tal cidade, os seus compatriotas ali radicados desde o final do século XVIII já haviam atingido a condição de membros da elite local. Imigrantes como Manuel Francisco Correia e Manuel Antônio Pereira pertenciam ao rol dos principais negociantes de Paranaguá, eram proprietários das maiores escravarias e exerciam cargos decisivos na administração municipal. Em última análise, Gomes ingressou em um município cujos membros mais abastados e politicamente poderosos eram portugueses que haviam ascendido socialmente por meio da atuação nas lides mercantis.²¹

Convém, por conseguinte, fundamentar a segunda constatação desta seção. Em meados do século XIX, a migração para Paranaguá se tornou um aspecto comum às trajetórias de diferentes membros da família Gomes. Após a fixação de Caetano Gomes nesse município, não há registros de que outros integrantes dessa parentela tenham buscado se estabelecer no Brasil por meio da transferência para o Rio de Janeiro. Ao contrário, Paranaguá se tornou o destino prioritário desses familiares. Para corroborar tais afirmações, convém mencionar que Antônio Henriques Gomes migrou de Oliveira de Azeméis para Paranaguá ainda na infância, aos 9 anos de idade. Dessa forma, o seu estabelecimento nessa localidade, que em 1842 foi elevada à condição de cidade, ocorreu por volta do ano de 1849.²²

A sua mudança para esse município ocorreu no contexto em que, no Brasil, ainda vigorava uma situação, iniciada no período colonial, dos comerciantes de origem portuguesa treinarem seus compatriotas nas lides do comércio. Esse treinamento favorecia a emergência do jovem ádvena à condição de negociante. Ele também estimulava a formação de conexões sociais que poderiam resultar no estabelecimento de vínculos matrimoniais com as filhas de negociantes portugueses.²³ Em síntese, em meados do século XIX, em cidades como o Rio de Janeiro, os portugueses atuantes no comércio ainda eram um grupo

²¹ Em 1825, Manuel Antônio Pereira possuía uma escravaria composta por 32 cativos, ao passo que Manuel Francisco Correia era proprietário de 20 cativos. Nessa ocasião, Pereira era capitão-mor das Ordenanças de Paranaguá, enquanto Correia era sargento-mor das Ordenanças. Ambos atuavam no comércio marítimo. LISTA NOMINATIVA DA 1ª COMPANHIA DE ORDENANÇAS DA VILA DE PARANAGUÁ (1825). Fotocópia sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa dos Domínios Portugueses – Universidade Federal do Paraná.

²² A estimativa do ano em que Antônio Gomes emigrou de Portugal foi realizada por meio de duas fontes: uma ata da Câmara Municipal de Paranaguá e sua certidão de óbito. Na sessão da Câmara Municipal de 28 de outubro de 1912, o vereador César Bittencourt assinalou, em discurso em homenagem a Antônio Gomes por ocasião de seu falecimento, que esse imigrante se estabelecera em Paranaguá com a idade de 9 anos. PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Sessão de 28 de outubro de 1912 (originais sob a guarda do Arquivo da Câmara Municipal de Paranaguá). Por outro lado, o ano da transferência de Antônio Gomes para o Brasil foi estimado por meio da sua certidão de óbito, a qual informa que ele faleceu no dia 21 de outubro de 1912, em Paranaguá, aos 72 anos de idade. A versão digitalizada dessa certidão está disponível na base de dados do Family Search: <www.familysearch.org//pt/tree/sources/viewedit/QG2D-KBX?context>

²³ A esse respeito, ver BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil*: dores de crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

inclinado a conferir maiores oportunidades sociais e profissionais aos seus compatriotas, em detrimento dos locais.²⁴

As informações alusivas à inserção dos Gomes em Paranaguá denotam que, nessa localidade, também havia uma coesão entre os antigos e novos portugueses. Nesse âmbito, é plausível asseverar que, no final dos anos 1840, Caetano Gomes estava plenamente integrado à sociedade de Paranaguá. Ele já tinha condições de acolher um familiar e iniciá-lo em uma atividade profissional, visto que mantinha um estabelecimento comercial nessa cidade ao menos desde 1853.²⁵ Assim, aos treze anos de idade, com o auxílio de Caetano, Antônio Gomes já havia iniciado o seu envolvimento no comércio varejista.

Nesse âmbito, não foi preciso que ele buscasse uma oportunidade profissional na capital do Império. Em Paranaguá, ele já dispunha dos contatos e das oportunidades comumente ambicionadas pelos portugueses recém-chegados. Nesse município, em meados do século XIX, a recepção de um familiar permanecia como um aspecto inerente às trajetórias de imigrantes lusófonos. Em tal localidade, a recepção de compatriotas por negociantes portugueses e açorianos era recorrente desde a segunda metade do século XVIII.²⁶

Antônio Gomes inseriu-se em um município no qual um anseio comum dos portugueses era se tornarem comerciantes retalhistas no Brasil. A consolidação do imigrante em tal posição favorecia o estabelecimento de relações de parentesco com os locais. De fato, esses vínculos não eram formados com integrantes da elite de descendentes de portugueses. Todavia, não lhes era vedado se integrar a redes familiares compostas por indivíduos menos afortunados. Na época da transferência de Antônio Gomes para Paranaguá, a experiência como caixeiro, a conquista da condição de proprietário de um armazém de secos e molhados e a constituição de laços familiares eram etapas intrínsecas aos percursos de imigrantes estabelecidos nessa cidade.²⁷

Cumpre, pois, fundamentar a terceira constatação desta seção. Houve membros de diferentes gerações da família Gomes que se estabeleceram em Paranaguá em meados do

²⁴ Ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos*, Rio de Janeiro. n. 21 jul. 1988, p. 33.

²⁵ Em 1893, Antônio Gomes publicou um anúncio do seu comércio de secos e molhados em um periódico italiano. Nesse informe, é mencionado que tal comércio tinha quarenta anos de existência. *Annuario d'Italia, Calendario generale del Regno*, 1893, p. 196.

²⁶ No período colonial, imigrantes açorianos também se caracterizaram por acolher familiares em Paranaguá. Ver CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha...* Op. cit.

²⁷ Este foi o caso do português Miguel José Veiga Gomes (1830-1881). No final dos anos 1850, em Paranaguá, ele estava casado com Arminda Meovina, natural desse município. Nessa época, Miguel Veiga já havia atingido a condição de comerciante varejista. Em seu estabelecimento eram vendidas mercadorias oriundas do Rio de Janeiro. Ou seja, ele mantinha relações comerciais com fornecedores da capital do Império. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 69, 23 dez. 1857, p. 4.

século XIX. Essa constatação é corroborada pelo fato de que um sobrinho de Caetano e Antônio Gomes viveu em tal município. Tratava-se de Bernardo José de Pinho, português que faleceu em Paranaguá no ano de 1860.²⁸ É factível atribuir a emigração de Pinho à consistência do enraizamento social de seus tios nessa cidade. Ele residiu nessa localidade uma época na qual Caetano Gomes já havia consolidado os seus vínculos com personagens da elite local. No final dos anos 1850, esses vínculos não se estendiam à esfera familiar. Porém, esse adventício conviveu com integrantes dessa elite em eventos religiosos nos quais membros da classe mercantil tinham uma participação destacada.

A esse respeito, cabe ressaltar que, em outubro de 1859, Caetano Gomes participou da organização da festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário. Esse evento foi conduzido pelo padre Agostinho Machado Lima (1822-1882). Dentre os organizadores desse festejo estava Manuel Leocádio de Oliveira (1817-1879), negociante que à época desempenhava o posto de tenente-coronel da Guarda Nacional em Paranaguá.²⁹ Ao mesmo tempo, convém salientar que, filiado ao Partido Conservador, Oliveira exerceu um mandato de deputado na primeira legislatura da Assembleia Provincial do Paraná, no biênio 1854-1855.³⁰ Portanto, Gomes estava integrado a um círculo social que contava com a presença de um comerciante pertencente à elite política da província.

A morte de Bernardo de Pinho ocorreu em um momento no qual o seu tio Caetano Gomes era o familiar que possuía maior projeção na sociedade de Paranaguá. Cumpre demonstrar que o aumento dessa projeção foi acompanhado pela diversificação dos seus negócios. Na década de 1860, o envolvimento no comércio varejista e a atuação como fornecedor de empréstimos no mercado de crédito local permitiram a Caetano Gomes se consolidar como um negociante abastado, cujas práticas econômicas eram semelhantes às dos seus compatriotas radicados no litoral paranaense.

Aquisição de imóveis, concessão de empréstimos e prestação de fiança: a atuação econômica de Caetano Gomes na década de 1860

Trata-se de evidenciar que, no começo dos anos 1860, Caetano Gomes atingiu uma condição socioeconômica equivalente à de portugueses que, havia décadas, estavam integrados à elite de negociantes de Paranaguá. Nesse decênio, tornou-se mais flagrante que Gomes passara por um processo de mobilidade social. Em tal época, ele foi instado a conceder empréstimo e a atuar como fiador. Ou seja, Gomes foi localmente reconhecido

²⁸ *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 228, 9 jun. 1860, p. 4.

²⁹ *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 161, 19 out. 1859, p. 4.

³⁰ Para o conhecimento da relação de negociantes de Paranaguá que exerceram mandatos à Assembleia Legislativa do Paraná durante o Segundo Reinado, ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná: a classe política, a parentela no Governo (1853-1889)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

como detentor de um cabedal significativo. A sua integração no núcleo dos personagens mais prósperos da cidade ocorreu no momento em que ele consolidou suas ligações com comerciantes estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro. Nesse quadro, convém demonstrar que as características da mobilidade social de Caetano Gomes em Paranaguá não diferiram dos aspectos da ascensão de seus compatriotas pertencentes a gerações anteriores.

A esse respeito, são aqui sustentadas três constatações. Primeiro, convém mencionar que, em 1861, o citado Manuel Francisco Correia redigiu seu testamento, no qual afirmou que tinha sete credores. Dentre os indivíduos com os quais possuía débitos estava Caetano Gomes, a quem Correia teria de pagar o montante de 484 mil e 970 réis.³¹ Nota-se que, cerca de três décadas após ter emigrado de Portugal, Caetano Gomes se tornara um negociante cujo capital acumulado lhe permitiu consolidar como um fornecedor de créditos.

Essa informação mostra que em tal época Caetano Gomes já pertencia ao círculo social dos negociantes mais afortunados de Paranaguá. Uma semelhança entre esse imigrante e os demais portugueses integrados a esse círculo diz respeito ao fato de que participaram do mercado de crédito na qualidade de credores. Um indicador do poder econômico de Gomes consistiu em conceder empréstimo a um negociante que possuía mais uma centena de devedores. Dessa forma, ele participou de um mercado de crédito no qual prestamistas poderosos também contraíam dívidas.³² Tal situação resultou no estabelecimento de vínculos entre credores de diferentes províncias do Império.³³ Assim, o acúmulo de capital e o envolvimento no mercado de crédito permitiram a Gomes aproximar-se de contrerrâneos enriquecidos que residiam em Paranaguá.

As informações contidas no testamento de Correia denotam que o mercado de crédito dessa cidade era composto por diferentes gerações de negociantes. No começo dos anos 1860, esse mercado contava com a presença de comerciantes que despontavam como expoentes da vida econômica da cidade. Entre os credores de Correia estava Manuel Antônio Guimarães (1813-1893), neto do citado português Manuel Gonçalves Guimarães. Correia tinha um débito de 1:018\$974 com Manuel Antônio Guimarães.³⁴

Desse modo, a expansão das atividades econômicas de Caetano Gomes aconteceu em uma época na qual os descendentes de portugueses abastados já estavam integrados à elite econômica do município. Na segunda metade do século XIX, essa elite era marcada pela

³¹ MUSEU DA JUSTIÇA DO PARANÁ. Testamento de Manuel Francisco Correia. Paranaguá, 1861, f. 31.

³² MUSEU DA JUSTIÇA DO PARANÁ. Inventário de Manuel Francisco Correia. Paranaguá, 1866, fls. 28-30.

³³ A esse respeito, cabe destacar que, em 1861, o principal credor de Manuel Correia era Manuel Joaquim da Rocha, residente na cidade do Rio de Janeiro. Correia lhe devia o total de 5:786\$671. *Id.* Para o estudo das amplas conexões entre negociantes geradas pelas relações de crédito no Brasil das primeiras décadas do século XIX, ver FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³⁴ MUSEU DA JUSTIÇA DO PARANÁ. Testamento de Manuel Francisco Correia. Paranaguá, 1861, f. 31.

presença de antigas famílias como os Correia e os Guimarães, mas também pela absorção de personagens que tinham uma atuação mais recente na vida econômica local. Dentre esses personagens estava Caetano Gomes.

A segunda constatação desta seção afirma que a atuação como consignatário de mercadorias remetidas do Rio de Janeiro foi outro aspecto da atividade econômica de Caetano Gomes a partir dos anos 1860. Veiculados na imprensa regional, os registros de entradas e saídas de embarcações no porto de Paranaguá evidenciam que, ao longo dessa década, Gomes manteve uma ligação frequente com comerciantes da capital do Império. Era dessa cidade que partiam as embarcações que levavam a Paranaguá as mercadorias das quais esse negociante era consignatário.³⁵ Ele fazia encomendas para suprir o estoque do seu armazém, no qual eram realizadas vendas por atacado e varejo. As suas relações comerciais com fornecedores radicados na então capital brasileira se prolongaram por décadas. Nos anos finais do Segundo Reinado, ele ainda recebia mercadorias expedidas por comerciantes do Rio de Janeiro.³⁶

A manutenção de ligações com a principal praça mercantil do país era típica dos principais negociantes de Paranaguá. Nesse grupo de negociantes estavam Manuel Antônio Guimarães e Manuel Leocádio de Oliveira. De fato, existiam diferenças entre eles quanto à extensão dessas ligações. Nos anos 1860, o agenciamento de navios permitiu a Guimarães e a Oliveira manterem contatos com negociantes estrangeiros, como os estabelecidos nas praças de Buenos Aires e Montevideú, respectivamente.³⁷ Conforme demonstrado em etapa subsequente deste trabalho, o acesso de Gomes a ambas as praças mercantis ocorreu apenas no final do século XIX.

Em boa medida, as relações dos negociantes de Paranaguá com a praça do Rio de Janeiro derivaram do envolvimento na consignação de embarcações e mercadorias. A atuação como consignatário foi uma atividade intrínseca aos membros de famílias enraizadas nessa cidade em fins do século XVIII. Ela também foi intrínseca aos percursos de comerciantes emergentes, tais como Caetano Gomes.³⁸ Assim, o estabelecimento de vínculos com comerciantes da capital do Império foi peculiar aos negociantes radicados em Paranaguá nesse período. Esses vínculos são constatados não apenas pela consignação de mercadoras, mas pelas viagens que faziam à capital do Império.

³⁵ *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 335, 6 dez. 1862, p. 4.

³⁶ *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 181, 2 ago. 1884, p. 4.

³⁷ *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 418, 23 set. 1863, p. 4.

³⁸ *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 434, 18 nov. 1863, p. 4.

Em 1867, por exemplo, Gomes regressou de uma viagem ao Rio de Janeiro em companhia de outros dois portugueses.³⁹ Ele exerceu ocupações econômicas idênticas às dos membros da elite mercantil de Paranaguá. A solidez do seu pertencimento a essa elite se constata no fato de que, em 1863, ele contribuiu com a quantia de 1 conto de réis para a aquisição de uma embarcação a vapor. A finalidade dessa aquisição era desenvolver a navegação fluvial na Baía de Paranaguá. Liderada por Manuel Antônio Guimarães, essa iniciativa contou com a colaboração de vinte e três negociantes.⁴⁰ Gomes pertenceu a uma elite cuja coesão se nota no fato de que os seus membros se quotizaram para viabilizar a fundação de uma empresa de transporte aquaviário.⁴¹ Conforme evidenciado nas etapas seguintes deste trabalho, no contexto da Primeira República, Gomes permaneceu envolvido em iniciativas empresariais idealizadas por negociantes de Paranaguá. No âmbito dos assuntos econômicos, portanto, a sua ligação com esses negociantes foi muito estável.

Trata-se, por conseguinte, de sustentar a terceira constatação desta seção. Cabe salientar que o fato de Caetano Gomes ter sido fiador de um morador de Paranaguá em fins da década de 1860 corrobora a afirmação segundo a qual, nessa época, ele já atingira uma condição econômica suficientemente próspera para que conseguisse entesourar dinheiro. Esse entesouramento lhe permitiu adquirir imóveis. A disposição de Gomes de incluir imóveis em seu patrimônio é constatada no fato de que, em 1869, ele foi avalista de Manuel Antônio da Costa, o qual pleiteava o cargo de escrivão da Coletoria de Paranaguá, órgão ligado à Tesouraria do Governo do Paraná.⁴²

Nesse período, o Governo do Império e os governos provinciais exigiam a indicação de fiador aos ocupantes de cargos nos quais teriam contato com grandes somas de dinheiro. Tratava-se de uma medida preventiva voltada a compensar os desfalques que tais funcionários viessem a realizar. Uma forma de prestar fiança consistia em apresentar um imóvel em garantia. Nessa ocasião, Gomes ofereceu uma chácara que ele próprio avaliara em 8 contos de réis. Ao final do processo de especialização de fiança, o juiz dos Feitos da Fazenda, Ernesto Dias Laranjeira, aceitou o referido bem, mas definiu o valor da propriedade em 6 contos e 800 mil réis. O magistrado também salientou que outro imóvel de Gomes já havia sido apresentado como garantia em outro processo de especialização de

³⁹ *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 753, 16 jan. 1867, p. 4.

⁴⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 57, 27 fev. 1863, p. 2.

⁴¹ A iniciativa para a compra de uma embarcação a vapor resultou na criação, em 1864, da *Companhia Progressista de Navegação a Vapor*, a qual foi comandada por Manuel Antônio Guimarães. Essa empresa existiu até o ano de 1886. Não há indícios da participação de Caetano Gomes na gestão dessa companhia. *Gazeta Paranaense*, Curitiba, n. 180, 14 ago. 1886, p. 1.

⁴² Os Autos de Petição para a Especialização de Fiança prestada por Caetano Gomes Henriques em favor de Manuel Antônio da Costa encontram-se digitalizados no site da Sala de Memória da Justiça Federal do Paraná: <<https://memoriaonline.jfpr.jus.br/index.php/autos-de-peticao-para-especializacao-no-29>>

fiança. Há indícios, portanto, de que ele era um proprietário de imóveis cujos valores venais seriam expressivos. Em virtude de sua condição de proprietário de bens de raiz, Gomes era requisitado a avaliar a nomeação de postulantes a cargos de órgãos fazendários.⁴³

Em 1869, o valor atribuído pelo juiz Laranjeira à chácara de Gomes era suficiente para adquirir, no mercado de escravos do litoral do Paraná, 6 cativos do sexo masculino com idades entre 25 e 34 anos. Os escravos pertencentes a essa faixa etária eram os que possuíam os maiores preços nesse mercado.⁴⁴

Essas informações mostram que o patrimônio de Gomes era formado por ao menos uma propriedade que estava fora do núcleo urbano. O cabedal que ele amealhara era composto por imóveis situados em diferentes regiões de Paranaguá.⁴⁵ Em síntese, o fato de ter avalizado a nomeação de um postulante a um cargo público consiste em uma evidência de que, nos anos 1860, Gomes possuía uma condição econômica análoga à de membros de famílias de Paranaguá originadas por imigrantes portugueses no final do século XVIII.

Nas últimas décadas do século XIX, os componentes dessas parentelas conservaram um patrimônio que os levou a serem requisitados para atuar como fiadores. Em 1879, por exemplo, Presciliano da Silva Correia (1849-1894), neto de Manuel Francisco Correia, foi avalista de Joaquim Caetano de Souza, tesoureiro da Alfândega de Paranaguá. Para tanto, ofereceu como garantia um imóvel no valor de 12 contos de réis.⁴⁶ Em 1884, Joaquim Antônio Pereira Alves (1834-1894), sobrinho de Manuel Antônio Pereira, afiançou Franklin do Rego Rangel, administrador da 2ª Barreira da Estrada da Graciosa. Nessa ocasião, Alves ofereceu um sobrado avaliado em 34 contos de réis.⁴⁷

Em última análise, a década de 1860 foi o momento em que ocorreu o enquadramento de Caetano Gomes na categoria de um típico membro da elite social de Paranaguá. A diversificação de atividades econômicas, a formação de um patrimônio imobiliário e a associação a membros nessa elite para a fundação de uma empresa evidenciam que, três décadas depois de deixar Portugal, ele conseguira se consolidar na posição de comerciante integrado a diversas esferas da vida social daquela localidade. Essas informações também denotam que, na segunda metade do século XIX, membros de elites mercantis do Brasil ainda cultivavam o objetivo de formar um cabedal que, composto por dinheiro e imóveis,

⁴³ *Id.*

⁴⁴ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974, p. 107.

⁴⁵ No rol de bens de Caetano Gomes havia um imóvel situado na Rua da Praia, na região central de Paranaguá. Gomes locou esse imóvel por um curto período à Câmara Municipal logo após essa instituição deixar sua antiga sede, no final dos anos 1870. TRAMUJAS, Alceu. *Histórias de Paranaguá. Dos pioneiros da Cotinga à porta do Mercosul no Brasil Meridional*. *Anais do Senado Federal*, Brasília, vol. 20, n. 8, 1996, p. 458.

⁴⁶ Documento disponível em: <<https://memoriaonline.jfpr.jus.br/index.php/especializacao-no-174>>

⁴⁷ Documento disponível em: <<https://memoriaonline.jfpr.jus.br/index.php/especializacao-no-288>>

lhes permitisse auferir uma vultosa renda passiva. Mais amplamente, nota-se que esse objetivo era intrínseco a comerciantes atuantes em praças mercantis de grande e de pequeno porte.⁴⁸ Esse cenário, cuja origem remonta ao período colonial, teve uma longa duração. Consoante demonstrado no estágio final deste artigo, no limiar do século XX, em contextos como o da cidade de Paranaguá, a conquista de renda passiva ainda era um anseio central de membros de elites mercantis.

Nesse âmbito, trata-se de demonstrar que, nas últimas décadas do regime monárquico, a trajetória de Caetano Gomes foi marcada pela estabilidade. Foi nesse período que o seu irmão Antônio Gomes se projetou na vida econômica e política da sociedade receptora.

A atuação política, nomeações e reivindicação coletiva: os irmãos Gomes nas décadas de 1870 e 1880

Caetano e Antônio Henriques Gomes pertenceram a uma elite marcada pela homogeneidade profissional e política. Os integrantes dessa elite se dedicaram a análogas atividades econômicas, bem como estiveram majoritariamente ligados a uma mesma agremiação – o Partido Conservador. A análise dos percursos de ambos os irmãos nos últimos anos do Segundo Reinado permite reconhecer que eles tinham demandas políticas e econômicas em comum com os demais negociantes de Paranaguá. Assim, cabe ressaltar que nessa época os Gomes preservaram sua ligação com a referida elite por meio da presença em instituições religiosas e políticas, e também por meio do engajamento em prol da concretização de pleitos econômicos que interessavam aos comerciantes locais.

Convém efetuar a sustentação de três constatações. Primeiro, data dos anos 1870 uma informação que indica a solidez da atuação de Caetano Gomes como consignatário de embarcações. Nesse contexto, as suas conexões com outras praças mercantis se tornaram mais amplas, de modo que ele inaugurou um escritório de agenciamento de embarcações, inclusive as de bandeira estrangeira. A esse respeito, cabe destacar que, em abril de 1875, a barca portuguesa *Valentona* encontrava-se atracada no porto de Paranaguá. Nessa ocasião, Gomes publicou um anúncio no jornal *Dezenove de Dezembro* para informar que, até meados de maio, quando partiria com destino a Lisboa, a *Valentona* permaneceria disponível para receber passageiros e cargas.⁴⁹ Portanto, em uma época em que continuava a atuar como consignatário de mercadorias oriundas do Rio de Janeiro, Gomes começou a desempenhar o ofício de agente de embarcações que faziam viagens internacionais.

⁴⁸ Acerca das formas de obtenção de renda passiva por negociantes do Brasil entre os períodos colonial e imperial, ver Florentino, Manolo. João Fragoso. *O arcaísmo como projeto...* Op. Cit.

⁴⁹ *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 1596, 10 abr. 1875, p. 4.

A ampliação das ligações comerciais desse imigrante foi contemporânea ao início da inserção de seu irmão Antônio Gomes em instituições compostas pelos descendentes de negociantes como Manuel Gonçalves Guimarães e Manuel Francisco Correia. Em 1876, Antônio Gomes se tornou sócio do Clube Literário de Paranaguá. Em tal ano, outro membro da elite local que se integrou a essa entidade foi Agostinho Antônio Pereira Alves (1834-1889), sobrinho de Manuel Antônio Pereira.⁵⁰ Desde a sua fundação, em 1872, esse sodalício contava com a presença de membros da elite mercantil, a exemplo de integrantes da família Guimarães.⁵¹ Desse modo, a filiação a esse clube indica que as relações de Antônio Gomes com tais famílias não se limitaram à esfera do comércio. Elas também foram cultivadas em uma instituição de cunho recreativo e cultural.

A projeção social de Antônio Gomes decorreu do exercício de atividades econômicas análogas às de seu irmão. Ele se tornou um comerciante varejista que locava imóveis, concedia empréstimos e era consignatário de mercadorias. A manutenção de um armazém de secos e molhados foi peculiar à atuação econômica dos irmãos Gomes na segunda metade do século XIX. O enquadramento deles na condição de negociantes importadores não implicou o fim do envolvimento deles no comércio a retalho.⁵² Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a capacidade de atuar em diferentes ramos da vida mercantil, como o comércio a retalho e a importação/exportação, eram indicadores da ascensão social de portugueses radicados em diferentes cidades brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro.⁵³

Dessa forma, uma característica das trajetórias dos citados irmãos consistiu em atuar simultaneamente em diferentes áreas da vida mercantil. Consoante evidenciado no estágio final desta análise, foi apenas após o falecimento de seu irmão que Antônio Gomes reorientou sua atuação econômica com o propósito de se consolidar exclusivamente como um rentista urbano.

A segunda constatação central desta seção reconhece que, nos anos 1880, os irmãos Gomes estavam consolidados no rol de negociantes que tinham firmas de importação e exportação em Paranaguá. Essa condição lhes permitiu manter vínculos mais consistentes com integrantes de famílias que, havia décadas, dedicavam-se a essa atividade. Um indicador da ligação dos Gomes com essas parentelas reside no fato de que, em abril de 1882,

⁵⁰ RIBEIRO FILHO, Aníbal. *História do Club Litterario de Paranaguá, 1872-1972*. Paranaguá: Artes Gráficas Paraná, 1972, p. 371.

⁵¹ *Idem*, p. 8.

⁵² É plausível caracterizar o estabelecimento comercial dos Gomes como um típico armazém de secos e molhados, porque nele eram vendidos produtos diversos, desde alimentos a fogos de artifício. *Gazeta Paranaense*, Curitiba, n. 335, 21 fev. 1885, p. 3.

⁵³ Ver LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. MAIA, Laura Maria Lahmeyer. *Cartas de Antônio Dias Leite (1870-1952)*... op. cit.

Caetano Gomes, em conjunto com outros onze importadores atuantes naquela cidade, assinou uma representação à Câmara dos Deputados.

Nesse documento, negociantes como Manuel Antônio Guimarães se queixaram da cobrança, implementada em 1877 por meio de lei provincial, do imposto que incidia sobre a importação de gêneros de consumo. A alíquota desse imposto era de 3%. Os signatários dessa representação avaliaram que essa cobrança era inconstitucional. Por conseguinte, eles demandaram que o plenário da Câmara votasse o parecer da Comissão de Assembleias Provinciais acerca desse imposto. Tal parecer era favorável à revogação dessa lei.⁵⁴

A representação dos negociantes de Paranaguá foi lida na Câmara dos Deputados por Alfredo d'Escagnolle Taunay (1843-1899), do Partido Conservador. Portanto, tais negociantes tiveram como aliado um parlamentar oposicionista que representava a Província de Santa Catarina naquela instituição. De um lado, o envio dessa representação à Câmara por intermédio de Taunay denota a unidade de um grupo de empresários em favor da concretização de um pleito. Esse grupo se movimentou politicamente no sentido de pôr fim a uma cobrança considerada indevida. De outro lado, nota-se que esses negociantes encontraram dificuldades para que sua demanda fosse atendida, visto que em 1877 eles já haviam encaminhado à Câmara uma reivindicação com o mesmo teor.⁵⁵

Esses importadores não obtiveram dos membros da elite política do Paraná o respaldo para a viabilização de seu pleito. Eles não conseguiram o apoio do deputado liberal Generoso Marques dos Santos (1844-1928), que representava o Paraná na Câmara. O então ministro da Agricultura, o paranaense Manuel Alves de Araújo (1836-1908), também não se mostrou disposto a encampar a reivindicação dos importadores de Paranaguá na época em que atuou como deputado geral.⁵⁶

A demanda sustentada em 1882 não avançou na Câmara. Por consequência, em setembro de 1888, os importadores de Paranaguá voltaram a se unir em defesa da extinção do mencionado imposto. Nessa oportunidade, eles encaminharam o seu pedido ao presidente do Paraná, o conservador Balbino Cândido da Cunha (1833-1905). Os autores dessa reivindicação solicitaram que esse governante tomasse medidas com o intuito de interromper a cobrança daquele imposto.⁵⁷

Essa nova reivindicação contou com a assinatura dos irmãos Caetano e Antônio Henriques Gomes.⁵⁸ Assim, constata-se que Antônio Gomes também se integrou ao núcleo

⁵⁴ *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1882, vol. 4, p. 212.

⁵⁵ *Id.*

⁵⁶ *Id.*

⁵⁷ *Gazeta Paranaense*, Curitiba, n. 202, 12 set. 1888, p. 2

⁵⁸ *Id.*

de empresários dedicados à importação e exportação de mercadorias pelo porto de Paranaguá. Havia, pois, uma completa identidade quanto à atuação econômica desses irmãos.

De forma análoga ao documento redigido em 1882, a demanda apresentada em 1888 tinha como signatários antigos personagens da elite mercantil da cidade, a exemplo de Manuel Antônio Guimarães e Manuel do Rosário Correia (1844-1916), neto materno de Manuel Antônio Pereira.⁵⁹ Esse grupo de negociantes era partidário de um entendimento segundo o qual o aumento de impostos era prejudicial aos consumidores e ao desenvolvimento do comércio.⁶⁰ De todo modo, não há evidências de que a revogação do imposto tenha ocorrido. Em suma, esses importadores não possuíam uma influência política suficiente para viabilizar seus interesses econômicos junto às instituições provinciais e imperiais.

A associação dos irmãos Gomes com negociantes de Paranaguá não ocorreu apenas por motivos comerciais. Ela também se verificou em atividades devocionais, políticas e caritativas. A análise dessas formas dessa associação permite reconhecer o alto grau de unidade da elite local. Tal abordagem também subsidia a identificação dos obstáculos encontrados por esses negociantes para a execução dos projetos nos quais se envolveram.

Nos anos 1880, o Governo do Paraná atravessou uma grave crise financeira. O acúmulo de déficits nas contas públicas reduziu a capacidade da administração provincial executar obras públicas.⁶¹ Nesse cenário, não era incomum que negociantes fossem convocados pelo Governo para auxiliar financeiramente na realização de obras educacionais e projetos assistenciais. Era limitada, contudo, a capacidade de esses negociantes cumprirem integralmente as tarefas para as quais eram designados.

Em 1883, Caetano Gomes foi nomeado pelo Governo do Paraná para integrar a comissão responsável por arrecadar donativos para a construção de uma casa escolar em Paranaguá. Essa construção foi realizada em um terreno doado por Manuel Antônio Guimarães, que também pertencia à comissão.⁶² Porém, foi morosa a edificação dessa pequena unidade de ensino, a qual recebeu a denominação de *Casa Escolar Faria Sobrinho*. Em 1890, ainda que a obra não estivesse concluída, as atividades desse estabelecimento foram iniciadas.⁶³

⁵⁹ *Gazeta Paranaense*, Curitiba,

⁶⁰ *Id.*

⁶¹ CARNEIRO, David. *História do período provincial do Paraná*. Curitiba: s/e, 1994, p. 32.

⁶² *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 4, 17 jan. 1883, p. 3.

⁶³ *A República*, Curitiba, n. 84, 9 abr. 1890, p. 2

Uma iniciativa assistencial da qual Caetano Gomes e Manuel Antônio Guimarães participaram data de 1884. Nessa ocasião, eles receberam uma nova tarefa do Governo provincial. Essa tarefa consistiu em integrar a comissão local da Associação Protetora da Infância Desamparada, a qual fora criada em diferentes municípios paranaenses. Em Paranaguá, a comissão dessa entidade era formada por cinco componentes, os quais pertenciam à classe dos negociantes importadores. Além de Gomes, essa comissão também era composta por Manuel Antônio Guimarães, Manuel do Rosário Correia e Presciliano da Silva Correia.⁶⁴ Verifica-se, pois, que Gomes obteve uma função pública em um momento no qual descendentes de abastados imigrantes portugueses permaneciam como personagens centrais da elite mercantil de Paranaguá.

No entanto, a referida associação não se consolidou. Não há registros de que, nessa cidade e nos demais municípios paranaenses, ela tenha desenvolvido atividades de modo duradouro. Dessa forma, tal iniciativa não resultou em uma política permanente do Governo paranaense em benefício das crianças carentes.

Por fim, convém ressaltar que Caetano Gomes, em conjunto com outros dois membros da elite local (Antônio Luiz de Bittencourt e Bento Munhoz da Rocha), responsabilizou-se pelo custeio de uma escola existente no bairro do Rocio, em Paranaguá. Datada de 1889, essa iniciativa levou o *Sete de Março*, jornal editado em Curitiba, a criticar a omissão do Governo paranaense em face dos problemas educacionais. No entendimento do redator do periódico, a província estava em uma situação na qual um serviço essencial como a educação tornara-se “adjudicado aos particulares e mantido por esmolas”.⁶⁵

A desorganização das finanças públicas do Paraná levou os negociantes a serem incumbidos de tarefas que o Governo da província não tinha condições de executar satisfatoriamente. Todavia, as informações supramencionadas indicam que o envolvimento da elite mercantil de Paranaguá na execução de projetos de caráter social não foi isento de dificuldades. A morosidade e a efemeridade foram inerentes às tentativas de efetivação desses projetos.

De todo modo, Caetano Gomes se acomodou na condição de uma notabilidade social. A sua atuação na vida social de Paranaguá era semelhante à de negociantes como Manuel Antônio Guimarães. A doação de bens com finalidade educacional e caritativa era parte dessa identidade. Nos anos 1880, Caetano Gomes se consolidou como um abastado proprietário de imóveis. Nesse período, ele doou à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá um terreno situado na área central do município. Tal propriedade continha

⁶⁴ *Dezenove de Dezembro*, n. 46, 22 fev. 1884, p. 2.

⁶⁵ *Sete de Março*, Curitiba, n. 38, 9 jan. 1889, p. 3.

uma edificação em fase adiantada de construção.⁶⁶ Dessa forma, as informações relativas a Caetano Gomes e a Manuel Guimarães indicam que os negociantes radicados nessa localidade eram afeitos à formação de um patrimônio imobiliário, assim como à doação eventual de bens em um momento no qual já haviam atingido uma posição estável na elite mercantil.

A presença de Caetano Gomes na vida social de Paranaguá dos anos 1880 é também constatada pelo fato de que ele planejara instalar um teatro na edificação doada à Santa Casa.⁶⁷ Porém, não houve interessados em auxiliar no financiamento da obra. Esse episódio denota os limites da capacidade financeira de membros de uma elite local para concretizar iniciativas de caráter cultural, caritativo e educacional. Em síntese, a interrupção dessas iniciativas não era um acontecimento raro.

Em tal época, a trajetória de Caetano Gomes permaneceu caracterizada pela organização de eventos devocionais. Em novembro de 1887, por exemplo, ele promoveu a festa em louvor a Nossa Senhora do Rocio, de cuja capela era zelador.⁶⁸ Portanto, o longo envolvimento desse negociante em atividades religiosas é um indicador da sua integração a diferentes esferas da vida social de Paranaguá entre as décadas de 1850 e 1880.

Trata-se, pois, de fundamentar a terceira constatação desta seção. Nos últimos anos do regime monárquico, o estreitamento dos vínculos de Antônio Henriques Gomes com membros da elite social de Paranaguá ocorreu por meio da sua integração à vida política. Nesse contexto, ele se filiou ao Partido Conservador, o qual era localmente controlado pelas famílias Guimarães e Correia. Os membros de ambas as parentelas pertenciam a essa agremiação desde a época anterior à criação da Província do Paraná. Antônio Gomes ingressou em um grupo político que, havia décadas, controlava as instituições municipais, assim como tinha uma participação permanente na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados.⁶⁹

Nos anos finais do Segundo Reinado, Antônio Gomes se inseriu em um cenário político no qual a renovação de seus membros era muito vagarosa. Em julho de 1886, ele foi eleito vereador de Paranaguá pelo Partido Conservador. Nesse pleito, tal agremiação foi eleitoralmente dominante – ela obteve seis das oito vagas da Câmara local.⁷⁰ Entre os conservadores eleitos estava o negociante João Guilherme Guimarães (1857-1927), filho de

⁶⁶ FILHO, Aníbal Ribeiro Filho. *História do Club Litterario...* Op. cit., p. 17.

⁶⁷ *Commercial*, Paranaguá, n. 63, 7 maio. 1887, p. 3.

⁶⁸ *Commercial*, Paranaguá, n. 40, 27 nov. 1887, p. 2.

⁶⁹ Acerca da composição do quadro político-partidário de Paranaguá nas últimas décadas do Segundo Reinado, ver GOMES, Sandro Aramis Richter. *Parentelas, partidos e transição política: mudanças na gestão de diretórios partidários e na atuação política das elites regionais na passagem do Império para a República (Paraná, c.1853-c.1926)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

⁷⁰ *Commercial*, Paranaguá, n. 22, 25 jul. 1886, p. 2.

Manuel Antônio Guimarães. Em resumo, essa disputa eleitoral foi marcada pela perpetuação da influência dos Guimarães sobre a administração municipal.⁷¹

O vínculo de Antônio Gomes com o Partido Conservador era anterior àquela eleição municipal. Em setembro de 1885, um mês após os conservadores reassumirem o comando do Governo Provincial, ele foi nomeado suplente de subdelegado de Paranaguá.⁷² Em suma, a atividade político-administrativa desse negociante foi circunscrita ao âmbito local.

Nesse decênio, a interação de Antônio Gomes com expoentes locais do citado partido também ocorreu em uma associação de católicos leigos, a Irmandade de São Francisco das Chagas, em cujo rol de confrades estavam membros das famílias Correia e Guimarães.⁷³ Entretanto, as relações desse negociante com tais parentelas não abrangeram a esfera familiar. Em 1885, aos 45 anos de idade, ele contraiu matrimônio.⁷⁴ A sua esposa era Rita de Lima Guimarães (1865-1925), filha de um português que não adentrou na elite local.⁷⁵

Antônio Gomes contraiu matrimônio fora do círculo de parentelas da elite composta por descendentes de negociantes enriquecidos. As relações desse imigrante com os membros dessa elite foram consolidadas nos espaços públicos. Aos comerciantes não pertencentes àquele círculo, as alternativas que se apresentavam eram o celibato definitivo, que foi o caso de Caetano Gomes, e o casamento com uma noiva não pertencente à elite local, tal como fizera Antônio Gomes.⁷⁶ Esses irmãos não foram absorvidos aos esquemas matrimoniais dos descendentes de famílias como os Correia, Guimarães e Pereira. Houve, assim, precisos limites à integração de ambos a essa elite.

Locação de imóveis, importação e concessão de empréstimos: os irmãos Gomes na década de 1890

⁷¹ De 1887 a 1889, João Guilherme Guimarães presidiu a Câmara de Paranaguá. Entre as décadas de 1850 e 1880, o seu pai exerceu tal função três ocasiões. FREITAS, Waldomiro Ferreira de. *História de Paranaguá: das origens à atualidade*. Curitiba: Vicentina, 1999, p. 221-223.

⁷² *Gazeta Paranaense*, Curitiba, n. 359, 19 set. 1885, p. 1.

⁷³ *O Futuro*, Paranaguá, n. 201, 26 set. 1885, p. 2.

⁷⁴ *Gazeta Paranaense*, n. 346, 30 maio 1885, p. 5.

⁷⁵ Os pais de Rita de Lima Guimarães eram Antônio Martins da Silva Guimarães e Rita Maria de Lima Guimarães. <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6F8G-VR42?lang=pt>>

⁷⁶ Uma alternativa aos comerciantes emergentes que não participaram dos esquemas matrimoniais das citadas famílias era casar-se com uma noiva de fora de Paranaguá. Alberto Gomes Veiga (1858-1931), filho do citado português Miguel José Gomes Veiga, casou-se em Montevideu, em 1896, com Dolores Varese (1872-1951). Esse casamento indica que houve negociantes contemporâneos aos irmãos Gomes que ampliaram suas redes sociais para além da cidade de Paranaguá. LOPÉS, José Carlos Veiga. A Ilha do Teixeira, Gaspar da Rocha e a Família Veiga. *Revista da Academia Paranaense de Letras*, Curitiba, n. 60, 2011, p. 127.

Trata-se de evidenciar que a passagem do Império para a República foi uma época de estabilidade da presença dos Gomes na vida econômica e política de Paranaguá. Na década de 1890, eles se mantiveram na condição de negociantes importadores. Essa década foi também caracterizada pela expansão das atividades comerciais de ambos os irmãos.

Concernente a Caetano Gomes, cabe mencionar que, nos primeiros anos daquele decênio, ele se consolidou como um negociante com acesso aos mercados argentino e uruguaio. No ano de 1890, a empresa que esse negociante fundou, a *Caetano Gomes Henriques & Cia.*, despachou erva-mate e madeira para os portos de Buenos Aires e Montevideú, respectivamente.⁷⁷ De fato, as exportações realizadas por essa empresa eram menores do que o volume de mercadorias expedidas pela firma da família Guimarães, que estava em atividade desde a primeira metade do século XIX.⁷⁸

Um aspecto da mobilidade social de Caetano Gomes em Paranaguá consistiu em se integrar ao pequeno grupo de negociantes importadores. No início dos anos 1890, havia apenas nove importadores atuantes nessa cidade.⁷⁹ Os membros desse grupo eram os principais proprietários de terrenos e armazéns porto da cidade.⁸⁰ Em síntese, no início da Primeira República, Gomes pertencia a um núcleo de empresários entre os quais havia desigualdades quanto ao porte das suas empresas. Conforme mencionado, esses empresários costumavam se associar para defender demandas referentes à sua atuação como importadores. De modo semelhante ao início dos anos 1860, no princípio dos anos 1890 os negociantes de Paranaguá permaneceram próximos com o intuito de financiar a criação de empresas.

Em outubro de 1892, Caetano e Antônio Henriques Gomes tornaram-se acionistas da recém-criada *Empresa de Transportes de Paranaguá*, cuja finalidade era construir, mediante contrato celebrado com a Câmara Municipal, linhas de trilhos para o transporte de passageiros, cargas e bagagens. No quadro de acionistas da companhia, estavam negociantes como os citados Manuel Antônio Guimarães e João Guilherme Guimarães.⁸¹ Dessa forma, nos primeiros anos do regime republicano, houve membros da elite mercantil que buscaram expandir seus negócios por meio do envolvimento em um setor que eles ainda não haviam explorado. Em um sentido amplo, em tal contexto existia em Paranaguá uma

⁷⁷ *A República*, Curitiba, n. 233, 8 out. 1890, p. 2.

⁷⁸ Em setembro de 1890, por exemplo, a *Guimarães e Cia.* expediu 697.129 kg de erva-mate para Buenos Aires. Nessa ocasião, a *Caetano Henriques e Cia.* despachou 174.367 kg desse produto para Montevideú. *Id.*

⁷⁹ *Patent and Trade-Mark Laws of America*, Bulletin n. 3, march 1891, p. 173.

⁸⁰ Nos anos de 1881 e 1888, Caetano Gomes adquiriu terrenos nesse porto. FIGUEIRA, Priscila Onório. Às margens da baía, um ancoradouro: história do desenvolvimento do Porto D. Pedro II, na Baía de Paranaguá. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2022, p. 246-250.

⁸¹ *A República*, Curitiba, n. 791, 21 out. 1892, p. 2.

elite de antigos comerciantes interessada em atuar como concessionária de um serviço público.⁸²

Cabe também observar que, em março de 1893, três meses antes de seu falecimento, Caetano Gomes liquidou a *Caetano Gomes & Cia.*⁸³ Por conseguinte, fundou uma nova firma, a *H Costa & Cia.*, um comércio de secos e molhados cujas mercadorias eram vendidas sob consignação.⁸⁴ Essa empresa foi criada em sociedade com Manuel Herderico Costa e Tibúrcio Costa, os quais eram novatos na vida mercantil de Paranaguá.⁸⁵ Dessa forma, constata-se que, do Segundo Reinado à Primeira República, Caetano Gomes permaneceu envolvido no comércio varejista. A expansão de suas atividades econômicas não resultou no abandono da ocupação típica dos imigrantes portugueses enraizados em Paranaguá no curso do século XIX. Esse negociante também se mostrou inclinado a se associar a personagens emergentes do meio comercial daquele município.

O único herdeiro de Caetano Gomes foi o seu irmão Antônio Henriques.⁸⁶ Nesse âmbito, cumpre demonstrar que, no decorrer dos anos 1890, esse herdeiro continuou a desenvolver atividades econômicas análogas às do seu irmão. Porém, diferentemente de Caetano Gomes, Antônio Gomes se desligou de maneira gradual das atividades comerciais e se consolidou como um rentista urbano.

No começo dos anos 1890, Antônio Gomes permaneceu integrado à elite dirigente da cidade, pois foi reconduzido ao cargo de vereador. Em 1893, ele estava no exercício desse mandato. Ele continuou vinculado ao grupo político de João Guilherme Guimarães, que era simultaneamente prefeito de Paranaguá e presidente da Câmara Municipal.⁸⁷ Antônio Gomes pertenceu à ala majoritária dos conservadores paranaenses. Essa ala aderiu rapidamente ao novo regime político do Brasil e participou da formação do Partido Republicano, agremiação estadual que congregou os situacionistas oriundos do Partido Conservador e do Movimento Republicano.⁸⁸

⁸² Nesse período, a união dos negociantes de Paranaguá foi realizada em torno de projetos na área de infraestrutura. Nesse âmbito, cabe destacar que, em fins de 1893, um grupo de negociantes, entre os quais estavam Antônio Gomes e João Guilherme Guimarães, adquiriu ações de uma nova firma da área de construção civil, a *Empresa Predial Paranaense*. *A República*, n. 243, 12 nov. 1893, p. 3.

⁸³ Essa liquidação decorreu do falecimento de um sócio de sua firma. No momento de sua liquidação, tal firma possuía haveres com diversos clientes. Portanto, não há evidências de que uma crise nos negócios de Caetano Gomes teria motivado a extinção da empresa. *A República*, Curitiba, n. 88, 28 abr. 1893, p. 3.

⁸⁴ *A República*, Curitiba, n. 70, 4 abr. 1893, p. 2.

⁸⁵ *A República*, Curitiba, n. 51, 10 mar. 1893, p. 3.

⁸⁶ *A República*, Curitiba, n. 210, 1 out. 1893, p. 3.

⁸⁷ *A República*, Curitiba, n. 66, 25 mar. 1893, p. 1.

⁸⁸ Respeitante às mudanças ocorridas no cenário político-partidário do Paraná a partir da instauração da República, ver SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

Contudo, a presença de Antônio Gomes na vida política de Paranaguá ao tempo da Primeira República foi apenas circunstancial. A partir de meados dos anos 1890, ele permaneceu afastado das instituições municipais. Outra mudança verificada na trajetória desse imigrante residiu no seu desligamento do comércio a retalho. Em 1894, ele alienou a Camilo Antônio Laynes Filho o seu estabelecimento comercial, no qual eram realizadas vendas por atacado e varejo de molhados, mantimentos, ferragens e louças.⁸⁹

Nesse período, Antônio Gomes atuou como negociante importador, prestamista e locador de imóveis. A sua atividade como locador é evidenciada no fato de que, em 1895, ele alugou um imóvel ao Governo do Paraná para servir como hospedaria de imigrantes.⁹⁰ Por outro lado, a sua atuação como prestamista se constata no fato de que, em 1899, ele efetuou a cobrança de uma dívida por meio de ação judicial.⁹¹ Cabe também ressaltar que, em 1900, esse negociante pertencia ao rol de credores do município de Paranaguá. Mais precisamente, ele era membro de uma elite econômica a cujos empréstimos a administração local recorreu no início da Primeira República.⁹²

A atuação de Antônio Gomes como proprietário de firma exportadora perdurou até o final dos anos 1890.⁹³ No decorrer dessa década, ele se conservou como integrante da elite local de comerciantes, cuja composição pouco se modificara. O envolvimento nessa atividade o levou a adquirir, em 1898, um terreno na zona portuária de Paranaguá.⁹⁴ Entretanto, no ano de 1900 ele abdicou desse ofício. Nessa ocasião, publicou anúncios no jornal *A República* para informar que os armazéns que possuía nessa região da cidade estavam disponíveis para venda e locação.⁹⁵

De maneira semelhante ao seu irmão Caetano, Antônio Gomes teve uma inserção em quatro ramos da vida econômica de Paranaguá: o comércio varejista, a locação de imóveis, a concessão de empréstimos e a importação/exportação de mercadorias. Portanto, na passagem do século XIX para o XX, o envolvimento em distintas modalidades de negócios permanecia um elemento peculiar aos membros da classe mercantil do citado município. Cabe demonstrar, pois, que nas décadas de 1900 e 1910 Antônio Gomes se acomodou na condição de um rentista urbano, de forma que não voltou a se dedicar a alguma atividade

⁸⁹ *A República*, Curitiba, n. 127, 12 out. 1894, p. 2.

⁹⁰ *A República*, Curitiba, n. 91, 21 abr. 1895, p. 3.

⁹¹ Essa cobrança resultou no leilão de um imóvel do devedor, no valor de 4:504\$000. *A República*, Curitiba, n. 170, 2 ago. 1899, p. 2.

⁹² Em 1890, o município de Paranaguá devia a Antônio Gomes o montante de 654 mil e 80 réis. GUIMARÃES, João Guilherme. *Relatório apresentado à Câmara Municipal de Paranaguá na sessão de 21 de setembro de 1900*. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1900.

⁹³ *Commercial Directory of American Republics*, Washington, 1897, p. 365.

⁹⁴ FIGUEIRA, Priscila Onório. *Às margens da baía...* Op. cit., p. 250.

⁹⁵ *A República*, Curitiba, n. 231, 17 out. 1900, p. 3.

comercial. O poder econômico que ele havia conquistado lhe permitiu pertencer ao grupo dos *capitalistas* de Paranaguá.

A família Gomes nas décadas de 1900 e 1900: casamentos, novas profissões e desligamento da elite mercantil

Nesta seção, demonstra-se que Antônio Gomes não teve sucessores nas lides mercantis. A análise de informações sobre a etapa final de sua trajetória denota que havia casos em que um antigo negociante não treinava os seus filhos nos misteres do comércio. Ao mesmo tempo, é evidenciado que, no começo do século XX, os descendentes desse imigrante tiveram um envolvimento com membros de diferentes estratos da sociedade de Paranaguá. Esse envolvimento resultou na formação de alianças matrimoniais estabelecidas tanto no interior quanto fora da elite local. Cabe também observar que as atividades profissionais e os vínculos sociais dos filhos homens de Antônio Gomes geraram o afastamento definitivo dessa parentela do núcleo de negociantes exportadores que residiam naquela cidade.

Para a sustentação desses argumentos, convém apresentar informações alusivas ao grupo socioprofissional em que esse imigrante estava inserido no começo do século XX. Esse grupo era o dos *capitalistas*, isto é, indivíduos que possuíam um capital expressivo e se dedicavam a atividades como o comércio, o aluguel de imóveis e o empréstimo de dinheiro a juros.⁹⁶ Em resumo, os membros desse grupo possuíam um patrimônio que lhes assegurava uma renda passiva. Trata-se de reconhecer que a composição desse grupo indica a perpetuação do poder econômico de parentelas formadas por imigrantes portugueses entre o final do século XVIII e o começo do século XIX. Atente-se, por consequência, às informações do Quadro 1.

Quadro 1 – Origem social, atuação econômica e atividade política dos *capitalistas* da cidade de Paranaguá (c.1910-1912)

Nome	Origem social	Local de residência	Atuação na vida econômica e política de Paranaguá
------	---------------	---------------------	---

⁹⁶ Nas primeiras décadas do século XX, o *Almanak Laemmert* apresentava a relação dos *capitalistas* dos principais municípios de cada estado brasileiro. A confecção do Quadro 1 foi realizada por meio da pesquisa de informações referentes à condição econômica e social dos indivíduos que, em Paranaguá, foram situados por esse periódico como integrantes de tal categoria.

Alberto Gomes Veiga (1858-1931)	Natural de Paranaguá, era filho de um imigrante português que atuou no comércio varejista de Paranaguá na segunda metade do século XIX. Veiga não pertenceu a uma família distinguida por longo tempo pertencimento à elite de negociantes do município.	Conselheiro Barradas	No contexto do Segundo Reinado, foi membro do Partido Conservador. No contexto da Primeira República, entre as décadas de 1890 e 1910, pertenceu ao partido governista do Paraná e exerceu mandatos de vereador. Dedicou-se ao comércio varejista.
Antônio Henriques Gomes (1840-1912)	Imigrante pertencente a uma família do Noroeste de Portugal. Distintos membros dessa família imigraram para o Brasil em meados do século XIX.	Rua XV de Novembro	Foi membro do Partido Conservador e, na época da Primeira República, pertenceu ao campo situacionista. Foi vereador de Paranaguá do final dos anos 1880 ao início dos anos 1890.
Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944)	Originário de Antonina (PR), ele pertenceu a uma família que, ao menos desde o começo do século XIX, estava integrada à elite de comerciantes do litoral do atual Paraná. Era filho de Bento Munhoz da Rocha (1855-1896), negociante que auxiliou no financiamento da escola do Rocio, junto de Caetano Gomes Henriques.	Rua Marechal Deodoro	Era médico e sócio de uma empresa exportadora, a <i>Munhoz da Rocha e Cia</i> . Iniciou sua carreira política na década de 1900, integrado ao partido situacionista. Pertenceu à elite dirigente do Paraná, tendo desempenhado os cargos de prefeito de Paranaguá (1908-1915) e presidente do estado (1920-1928).
Domingos Soriano da Costa (1858-1940)	Negociante natural de Paranaguá. A sua família não possuía um longínquo pertencimento à elite econômica do município.	Rua XV de Novembro	Foi um negociante que, ao longo da Primeira República, integrou o partido governista e desenvolveu uma estável carreira política. Entre as décadas de 1890 e 1920, exerceu mandatos de vereador em Paranaguá e de deputado no Congresso do Paraná.
Elísio de Siqueira Pereira Alves (1860-1931)	Era sobrinho-neto do citado negociante português Manuel Antônio Pereira. Os seus ascendentes maternos e paternos estavam enraizados na elite social do litoral do atual Paraná desde fins do período colonial. Ao tempo do Segundo Reinado, boa parte dos seus ascendentes esteve vinculados ao Partido Liberal.	Rua Marechal Deodoro	Negociante, Elísio de Siqueira fez parte da elite política de Paranaguá. De 1908 a 1912, exerceu mandato de vereador, filiado ao partido governista.
Ernestina Pereira Alves (1860-1911)	Era sobrinha-neta de Manuel Antônio Pereira. Ela pertencia a uma família enraizada na elite mercantil de Paranaguá desde o começo do século XIX.	Rua General Carneiro	Foi casada com o comerciante paulista Affonso de Camargo Penteado (1852-1903), que pertenceu ao Partido Conservador e exerceu o cargo de juiz de paz de Paranaguá de 1883 a 1886. Ele também exerceu mandato na Câmara de Paranaguá de 1900 a 1903, na qualidade de membro da agremiação situacionista.

Henrique Weimar Gomes Veiga (1868-?)	Natural de Paranaguá, era um dos irmãos de Alberto Gomes Veiga.	Rua XV de Novembro	Atuou no comércio varejista em conjunto com o seu irmão Alberto Veiga. Vinculado ao partido situacionista, teve uma breve participação na vida política de Paranaguá quando foi eleito, em 1908, para a função de juiz distrital.
João da Cunha Mendes (?-?)	Era proveniente de uma parentela que não teve uma presença na elite política da cidade.	Rua General Carneiro	Não desenvolveu uma carreira política. Além da atuação como negociante, desempenhou o cargo de funcionário do consulado da Dinamarca em Paranaguá nos anos 1880.
João Guilherme Guimarães (1857-1927)	Era bisneto do citado português Manuel Gonçalves Guimarães. Pertenceu a uma parentela dedicada ao comércio da erva-mate. Essa parentela também se caracterizou pela presença cativa nas instituições políticas de Paranaguá.	Rua Visconde de Nácar	Esse negociante pertenceu ao Partido Conservador, pelo qual foi eleito vereador de Paranaguá em 1886. Na década de 1890, filiado ao partido governista, exerceu dois mandatos de prefeito nesse município.
Joaquim Soares Rodrigues (1849-1924)	Ele foi um Imigrante português que se estabeleceu em Paranaguá na segunda metade do século XIX.	Rua XV de Novembro	Ingressou na vida política no contexto da Primeira República. Pertencente aos quadros do partido governista, exerceu três mandatos de vereador em Paranaguá entre as décadas de 1910 e 1920. Integrou o rol da elite de negociantes dessa cidade.
Manuel do Rosário Correia (1844-1916)	Nascido em Paranaguá, era neto materno do citado negociante Manuel Antônio Pereira. Portanto, ele pertenceu a uma família integrada à elite social de Paranaguá desde o final do século XVIII.	—	Negociante, pertenceu aos quadros do Partido Conservador, pelo qual foi eleito juiz de paz de Paranaguá em 1886. Foi vereador nessa cidade no início dos anos 1890 filiado ao partido governista.
Manuel Hermógenes Vidal (1872-1960)	Natural de Paranaguá, não pertenceu a uma parentela marcada por longa presença na elite econômica e nas instituições políticas da cidade.	—	Vidal foi um negociante que, por meio do vínculo ao partido dominante, integrou a elite política de Paranaguá durante a Primeira República. Exerceu mandatos de vereador entre as décadas de 1910 e 1920.
Sebastião Sant'Anna Lobo (1862-1923)	Nascido em Paranaguá, era ligado por matrimônio à família de Manuel Antônio Pereira, pois sua primeira esposa, Josefina Pereira da Costa, era neta desse imigrante.	Rua Dr. Leocádio	Negociante, Sebastião Lobo pertenceu ao campo governista e exerceu os cargos de intendente municipal de Paranaguá e deputado estadual.

Fontes: A República (PR); Almanak Laemmert (RJ); Commercial (PR); Dezenove de Dezembro (PR); Diário da Tarde (PR); Diário do Commercio (PR); Gazeta Paranaense (PR); O Dia (PR).

As informações contidas no Quadro 1 possibilitam a sustentação de duas afirmações. Primeiro, cabe salientar que uma parcela do grupo dos *capitalistas* de Paranaguá era formada descendentes e parentes colaterais dos portugueses Manuel Antônio Pereira e

Manuel Gonçalves Guimarães. Nos anos 1910, havia mais de um século que três parentelas ocupavam uma posição central no comércio, no mercado de crédito e no rol dos principais proprietários de imóveis da cidade de Paranaguá. Tratava-se de uma elite que, desde o início do século XIX, estava concentrada em uma mesma área. Era nessa região que se localizava a maioria dos estabelecimentos comerciais do município.⁹⁷ Na segunda década do século XX, em Paranaguá, uma parte dos descendentes dos citados imigrantes portugueses era proprietária de imóveis situados na região central da cidade.

No Quadro 1, a presença de Elísio de Siqueira Pereira Alves, Ernestina Pereira Alves, João Guilherme Guimarães e Manuel do Rosário Correia é uma evidência da solidez do poder econômico de um pequeno conjunto de parentelas de origem portuguesa. Ao longo do século XIX, essas famílias estabeleceram alianças matrimoniais entre si e, por consequência, garantiram sua continuidade no interior da elite mercantil do município.

Em segundo lugar, convém mencionar que a presença de Joaquim Soares Rodrigues (1849-1924) no Quadro 1 indica que, na segunda metade do século XIX, Paranaguá permaneceu como um destino de imigrantes portugueses. Pertencente a esse novo fluxo de imigrantes, Rodrigues foi absorvido pelo núcleo de comerciantes exportadores, bem como se integrou à elite política do município, tal como ocorrera com Antônio Gomes.⁹⁸ Em suma, nos anos 1910, uma fração dos *capitalistas* de Paranaguá era formada por *ádvenas* que se assemelhavam pela experiência da mobilidade social. Construir um patrimônio por meio do comércio e participar da administração local eram aspectos basilares da mobilidade vivenciada por esses compatriotas.

Antônio Gomes e Rita Guimarães conceberam cinco filhos, dos quais quatro atingiram a idade adulta.⁹⁹ A análise dos perfis sociais dos cônjuges desses descendentes permite evidenciar que, nas primeiras décadas do século XX, os Gomes não mantiveram laços familiares somente com a elite econômica de Paranaguá. Os vínculos sociais e os percursos profissionais dos filhos daquele casal levaram ao fim da presença dessa parentela no conjunto de negociantes da cidade. Cumpre, pois, dedicar atenção às informações do Quadro 2.

Quadro 2 – Origem social dos cônjuges dos filhos de Antônio Henriques Gomes e Rita Guimarães Gomes

⁹⁷ Acerca das ruas de Paranaguá em que havia maior presença de comerciantes abastados no começo do século XIX, ver KATO, Allan Thomas Tadashi. *Retrato Urbano: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

⁹⁸ Joaquim Soares Rodrigues foi eleito vereador de Paranaguá em três ocasiões: 1912, 1916 e 1920. FREITAS, Waldomiro Ferreira de. *História de Paranaguá...* Op. cit., p. 227-228.

⁹⁹ Em 30 de junho 1891, Rita Guimarães Gomes deu à luz a Caetano Gomes, que faleceu a 9 de julho do mesmo ano: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6F4F-Z77P?lang=pt>>

Nome do filho do casal	Nome do cônjuge	Local do casamento	Ano do casamento	Informações sobre a origem social do cônjuge
Antônio Henriques Gomes Filho (1889-1951)	Amélia Pirath (1891-1946)	Paranaguá (PR)	1909	Filha do casal de imigrantes alemães Germano Augusto Pirath (1849-1894) e Elisa Itahi Pirath (1852-1936). Germano Pirath foi um pequeno comerciante que participou do Movimento Republicano em Paranaguá, em fins dos anos 1880. Não há registros de que ele tenha exercido cargos públicos. Nas primeiras décadas do século XX, em Paranaguá, os seus descendentes também se integraram à elite local.
Helena Guimarães Gomes (1888-1976)	Priscílio da Silva Correia (1881-?)	Paranaguá (PR)	1904	Priscílio Correia era bisneto do citado imigrante português Manuel Francisco Correia. Filiado ao Partido Conservador, o pai de Priscílio Correia, Presciliano da Silva Correia, foi deputado provincial no Paraná. Ao tempo da Primeira República, Priscílio Correia pertenceu ao partido governista do Paraná e exerceu mandato de vereador em Paranaguá.
Manuel Henriques Gomes (1887-1974)	Carmem de Souza (?-?)	Rio de Janeiro (RJ)	—	Manuel Henriques seguiu carreira militar. Essa carreira levou-o a se fixar na cidade do Rio de Janeiro, onde contraiu matrimônio. Portanto, o seu casamento com Carmem de Souza derivou da consistência do seu enraizamento na então capital federal.
Maria da Guia Gomes (1894-1985)	Levi Victorino Picanço (1890-1969)	Paranaguá (PR)	—	O seu cônjuge era funcionário da Polícia Marítima de Paranaguá e filho do coronel Luiz Victorino Picanço (1861-1931), o qual pertencia à classe dos comerciantes e ao partido governista do estado. No começo da década de 1910, Luiz

				Picanço foi membro do núcleo dirigente do partido situacionista em Paranaguá.
--	--	--	--	---

Fontes: A República (PR); Diário da Tarde (PR); Diário de Notícias (RJ); O Dia (PR).

As informações do Quadro 2 subsidiam a apresentação de duas constatações. Primeiro, os casamentos das filhas de Antônio Gomes propiciaram a manutenção da presença dos Gomes em um círculo social composto por negociantes e chefes políticos de Paranaguá. A realização desses casamentos contribuiu para a permanência dos Gomes junto à elite local. Nesse particular, o matrimônio de Helena Guimarães Gomes com Priscílio da Silva Correia significou o vínculo entre duas famílias de origem portuguesa que se consolidaram em épocas distintas no interior dessa elite. Tais famílias eram os Correia, ali integrados desde no final do século XVIII, e os Gomes, cuja inserção nessa elite foi iniciada em meados do século XIX. Celebrado em 1904, esse casamento representou a ligação dos Gomes com uma parentela que, havia um quase século, pertencia à elite mercantil de Paranaguá.

Ao mesmo tempo, o casamento de Maria da Guia Gomes com Levi Victorino Picanço evidenciou que os Gomes fizeram parte de um círculo social no qual comerciantes obtinham poder político por meio do pertencimento à ordem governista do Paraná. Conforme mencionado no Quadro 1, o sogro de Maria da Guia estava integrado a essa ordem. Essa integração não propiciava apenas a conquista de mandatos eletivos. Ela também proporcionava o acesso a esquemas de nomeações para postos no serviço público. Convém salientar que um aspecto convergente entre os membros das famílias Gomes e Picanço era o intuito de conquistar funções no serviço público estadual. Em geral, tais funções eram preenchidas por meio de nomeações discricionárias. A esse respeito, cumpre mencionar que os cunhados Antônio Henriques Gomes Filho e Levi Picanço eram funcionários do mesmo órgão estadual, qual seja, a Polícia Marítima do Paraná.¹⁰⁰ Em resumo, os matrimônios de Helena e Maria da Guia levaram à reiteration dos vínculos dos Gomes com parentelas atuantes no comércio local, na vida política e no serviço público.

Por outro lado, os casamentos dos filhos de Antônio Gomes evidenciam que foram extensos os laços sociais constituídos pela família desse imigrante. Esses matrimônios resultaram no fim da presença dessa parentela do rol de comerciantes do município. Antônio Henriques Gomes Filho casou-se com Amélia Pirath, filha de imigrantes alemães que não se

¹⁰⁰ Em 1921, em Paranaguá, Levi Picanço já atuava como funcionário da Polícia Marítima. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 6861, 30 mar. 1921, p. 4. Em 1929, Gomes Filho exercia o cargo de auxiliar da Inspeção desse órgão estadual, o qual estava ligado à Chefatura de Polícia do Paraná. *A República*, Curitiba, n. 161 12 jul. 1929, p. 2.

integraram à elite social de Paranaguá.¹⁰¹ Consoante destacado, Gomes Filho foi um servidor público estadual. No final da Primeira República, portanto, não havia mais qualquer envolvimento dos Gomes junto ao núcleo de negociantes importadores desse município.

De sua parte, Manuel Henriques Gomes ingressou no Exército no início dos anos 1900.¹⁰² Na década de 1910, ele já desempenhava funções militares no Rio de Janeiro.¹⁰³ Foi nessa capital que ele constituiu família e entrou para a reserva daquela corporação.¹⁰⁴ Em última análise, o desenraizamento da terra natal e a entrada na vida militar foram fatores que também levaram ao esgotamento da presença dos Gomes na elite mercantil de Paranaguá.

Considerações finais

Há quatro resultados desta análise que exigem especial atenção. Primeiro, demonstrou-se que as etapas típicas da mobilidade social de portugueses estabelecidos em Paranaguá em meados do século XIX são semelhantes às etapas inerentes aos percursos de imigrantes portugueses que pertenceram a gerações anteriores. O estudo das trajetórias dos irmãos Caetano Gomes Henriques e Antônio Henriques Gomes permitiu reconhecer que, ao longo daquele século, as oportunidades econômicas e sociais obtidas por imigrantes portugueses naquela cidade pouco se modificaram. Nesse contexto, a atuação no comércio varejista e a diversificação de atividades econômicas eram os principais indicadores da consistência do enraizamento de indivíduos de origem portuguesa na vida social daquela cidade.

O segundo resultado central desta análise destaca que, no final do século XIX, a atuação como comerciante retalhista era uma atividade duradoura dos portugueses ali estabelecidos. Nesse contexto, um indicador do aumento do poder econômico dos irmãos Gomes consistiu em pertencer ao seletivo grupo de negociantes exportadores que existiu nessa cidade. Ao mesmo tempo, eles fizeram parte de uma elite que objetivou construir um patrimônio capaz de lhes proporcionar uma renda passiva. Comerciantes como Caetano e Antônio Henriques Gomes ambicionaram se tornar rentistas, cujos proventos advinham do aluguel de imóveis e da concessão de empréstimos.

¹⁰¹ Há indícios de que os Pirath pertenciam a um círculo social composto por membros das camadas populares de Paranaguá, nas quais se encontravam os operários. Em 1904, ao tempo do matrimônio de Gomes Filho com Amélia Pirath, um filho homônimo de Germano Augusto Pirath integrou a diretoria do Clube Operário Recreativo e Beneficente existente nessa cidade. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 1480, 11 jan. 1904, p. 2.

¹⁰² *A República*, Curitiba, n. 62, 16 mar. 1904, p. 2.

¹⁰³ *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, n. 74, v. 1, 1918, p. 831.

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 8726, 6 abr. 1951, p. 2.

Em terceiro lugar, cumpre destacar que havia distinções entre os imigrantes portugueses quanto ao desfecho de seu envolvimento em ramos do comércio. Essa diferença reside no fato de que uma parcela dos negociantes não buscou expandir ininterruptamente as suas atividades comerciais. Assim, ao atingir um determinado nível de renda e patrimônio, o negociante poderia interromper o seu envolvimento nas lides mercantis. Esse foi o caso de Antônio Henriques Gomes. Nas décadas de 1900 e 1910, ele permaneceu na condição de um *capitalista* que havia deixado de atuar como comerciante varejista e negociante importador.

Em quarto lugar, cabe mencionar que a saída de Antônio Henriques Gomes no rol de negociantes de Paranaguá significou o término da atuação de sua família em atividades como a importação e exportação. As alianças matrimoniais dos filhos homens desse imigrante contribuíram para esse término. Dessa forma, havia ocasiões nas quais os descendentes de um comerciante abastado não eram treinados para exercer o ofício paterno. O exemplo dos Gomes indica que a permanência em tal elite não era, em todos os casos, um projeto familiar. Nesse cenário, o ingresso no serviço público poderia surgir como um destino dos integrantes de uma família que, por décadas, esteve ligada ao comércio.

Recebido em 18 de fevereiro de 2026
Aceito em 11 de junho de 2026